

Comunidade universitária em defesa da cidadania: todos ao ato de 9/11!

A reitoria abriu processo administrativo contra nove alunos da universidade por participarem da ocupação do Conselho Universitário (CO), na sessão realizada dia 26/6, quando seria votada a regulamentação das fundações privadas na USP – o que acabou não ocorrendo. Outros oito estudantes, mais dois funcionários, são alvo de sindicância devido ao ato que obstruiu a entrada do CO no dia 4/9. É preciso lembrar que essa manifestação resultou na retirada da questão das fundações da pauta do CO. Recentemente, a comunidade universitária foi surpreendida por uma resolução aprovada

pelo mesmo CO e baseada em regime disciplinar de 1972 (ditadura militar) que proíbe manifestações por ocasião de qualquer eleição.

Atitudes como essas só confirmam uma direção da USP pouco democrática e intransigente, que não admite sequer manifestações contrárias a suas práticas e decisões autoritárias. Os atos que levaram às sindicâncias foram motivados pela impossibilidade de a comunidade mostrar sua voz e interferir na política uspiana com relação às fundações. A intenção era de trazer a debate este tema relevante à universidade pública, antes que sobre ele fossem feitas delibera-

ções exclusivamente pela pequena minoria que tem acesso ao poder nesta universidade.

A perseguição, que só pode ser caracterizada como política, a um pequeno grupo de estudantes e funcionários, reflete a falta de vontade dos dirigentes da USP em discutir uma questão tão importante quanto a presença de fundações privadas na universidade e a tentativa de descaracterizar um movimento cidadão e coletivo. As fundações usam o nome – ou seja, a grife USP, construída por gerações de docentes, funcionários e estudantes –, a estrutura e recursos humanos de uma ins-

tituição financiada pela sociedade, sem prestar contas ao público. Cercear atos na universidade e instaurar processos para punir manifestantes são resquícios da ditadura militar, que ferem o direito legítimo de exercício pleno da cidadania e da liberdade de expressão, assegurados pela Constituição.

Para manifestar a indignação da comunidade universitária contra essas práticas autoritárias, condenáveis e antidemocráticas, a Adusp, a APG, o DCE e o Sintusp convocam professores, estudantes e funcionários para um ato/aula pública dia 9/11 às 9h, no gramado da Reitoria.

Pelo respeito à democracia

A Adusp, juntamente com o DCE, APG e Sintusp, promoveu amplo e democrático processo de escolha do próximo reitor. A manifestação da comunidade foi clara: o prof. Jair Borin venceu, com enorme margem, em todos os segmentos. Na ponderação final, o prof. Borin ficou com 44,1% dos votos.

Está em jogo no momento a confiança nas decisões e opções dos professores, estudantes e funcionários desta universidade, um corpo de pessoas responsáveis pelo que de melhor este país produz em ciência, educação superior e cultura em todas as áreas.

Está em jogo também a disputa entre a democracia, sistema capaz de superar crises e aprender com elas, e um autoritarismo estável e estagnado, incapaz de aprender ou ensinar como conviver com tensões e disputas e como crescer a partir destas situações.

Espera-se que os eleitores deste segundo turno respeitem o resultado da escolha democrática e que o eleitor final, o governador do Estado, faça o mesmo.

Diretoria da Adusp
01 de novembro de 2001.

Correção – Após a divulgação, no dia 22/10, dos resultados da Escolha Paritária do Reitor, constatamos que os resultados de uma urna de Pirassununga não haviam sido computados.

Estamos republicando a tabela final, com os números e percentuais corrigidos. Observamos, porém, que não houve alteração significativa em relação aos resultados divulgados no dia 22/10.

Resultado final da Escolha Paritária (já com a correção)

	Docentes		Funcionários		Alunos		Totais	
	a	b	a	b	a	b	a	c
Ada Pellegrini Grinover	98	1254	155	708	194	447	2156	8,0%
Adolpho José Melfi	76	973	221	995	102	399	2070	7,7%
Antonio de Aguirra Massola	90	1152	289	1304	224	603	2680	10,0%
Erney Plessmann	59	755	68	309	46	173	1110	4,1%
Gil da Costa Marques	48	614	147	664	67	262	1345	5,0%
Hernan Chaimovich	73	934	65	296	70	208	1300	4,8%
Jair Borin	366	4685	1197	5415	1778	3341	11877	44,1%
Magda Carneiro Sampaio	50	640	166	754	98	314	1492	5,5%
Tupã Gomes Corrêa	10	128	35	154	27	72	309	1,1%
Branco	34	435	71	321	136	241	892	3,3%
Nulo	58	742	165	746	186	409	1674	6,2%
Total Geral Votos	962	12314	2579	11663	2928	6469	26904	100,0%

a) total de votos; b) total paritário; c) total paritário percentual

Escolha de reitor na USP é processo singular

Um processo eleitoral, como qualquer mecanismo de escolha, tem como principal objetivo agradar a maioria dos envolvidos. Para atingir esse objetivo, eles são aprimorados constantemente. Entretanto, nenhum processo é perfeito. Por exemplo, nos processos em um turno, garante-se que a decisão ou o candidato preferido seja o escolhido. Entretanto, o preferido pode ser também o mais rejeitado. Procurando então um equilíbrio entre preferência e rejeição, pode-se adotar um processo em dois turnos: num primeiro momento escolhem-se os dois candidatos preferidos, eliminando-se em seguida o mais rejeitado. Com isso, garante-se que o mais rejeitado não seja escolhido, mas também, com frequência, não se escolhe o preferido. Em todos os processos em dois turnos, o corpo eleitoral é mantido, alterando-se apenas os candidatos.

Em um ou dois turnos, as eleições majoritárias são sempre “manipuláveis”, na medida em que um candidato inexpressivo, ao manter ou retirar sua candidatura, pode influenciar de forma definitiva o resultado final.

Algumas instituições preferem formar seu corpo dirigente de modo a refletir as posições dos vários grupos internos. Assim era, anteriormente, a formação da diretoria da Adusp, com inscrições por cargos, e ainda hoje é a forma escolhida pelo Sintusp, com uma diretoria colegiada. Os estudantes mantêm esse critério na escolha dos RDs no CO mas não na diretoria do DCE e da APG. A opção por esse mecanismo é adotada quando se deseja que as decisões reflitam a pluralidade da base, mesmo que isso comprometa em alguns casos a “governabilidade”.

Em certos processos eleitorais, deseja-se garantir a governabilidade. Para isso, alguns países e instituições evitam a constituição de poderes legislativos ou consultivos apenas com base em eleições propor-

cionais; parte dos legisladores são escolhidos com base distrital, fazendo com que o partido com maior penetração, embora não com maioria absoluta da preferência, tenha maioria das cadeiras e, provavelmente, ganhe também o poder majoritário. Em resumo, escolhas distritais facilitam a hegemonia e a governabilidade, mas podem provocar crises mais frequentes uma vez que o poder pode estar desagradando a maioria.

As dificuldades inerentes aos processos eleitorais e de decisão são um tema importante de discussão, com sérios trabalhos acadêmicos.

Já o processo eleitoral da escolha de reitor na USP é único no gênero: um processo em três turnos no qual, a cada turno diminui-se o número de candidatos e o de eleitores. Logo na consulta inicial, elimina-se a grande maioria dos interessados e envolvidos, restringindo-se o corpo eleitoral àqueles que detêm já algum tipo de influência e o de candidatos a um pequeno número de pessoas: os professores que são titulares e se dispõem a disputar uma reitoria. Nesse processo, não mais do que uma dezena de nomes são cogitados. No 2º turno, restringem-se os candidatos e, ainda que possa parecer absurdo, também os eleitores. Com isso, não se preservam as vantagens dos processos eleitorais em dois turnos. Mas não pára aí: no 3º turno reduz-se o número de candidatos a três e o número de eleitores a um, o grande eleitor, o governador, que escolhe o vencedor final. Os diversos processos eleitorais anteriores na USP mostraram que não necessariamente o mais desejado vença nem que o mais rejeitado perca! Mais que isso, todo esse processo tem servido apenas para elaborar uma lista tríplice encabeçada, na maioria dos casos, pelo candidato preferido do governador e seus aliados. O poder de influência e decisão da comunidade é completamente eliminado.

Diferentemente dos proces-

so de escolhas proporcionais ou distritais, a governabilidade na USP é procurada pela fortíssima e decisiva influência do reitor na escolha do CO, formado basicamente por diretores, escolhidos pelo próprio reitor, e por representantes de congregações, cuja escolha depende, fortemente e na maioria dos casos, dos diretores de unidades.

Monta-se, assim, um processo de escolha de dirigentes capaz de desagradar à maioria das pessoas na maior parte do tempo. E, claro, uma estrutura não representativa e incapaz de diálogo.

Em processos democráticos, crises podem ser boas na medida em que se aprende com elas ou se supera fases que não poderiam ser superadas sem elas. Países e instituições democráticas e mesmo entidades privadas prevêm e/ou tiram proveito de crises, na forma de eleição e “deseleição” de primeiros ministros, presidentes ou ou-

Resultado das eleições da Reitoria

Candidatos	Votos
Adolpho José Melfi	410
Ada Pellegrini Grinover	386
Antonio de A. Massola	366
Hernan Chaimovich	321
Erney Plessman	316
Jair Borin	270
Magda C. Sampaio	242
Gil da Costa Marques	240
outros	128
brancos	1011
nulos	42
Total de eleitores:	1496
Total de votantes:	1244

Fonte: www.usp.br

tros dirigentes, convocações antecipadas de assembléias ou eleições, dissoluções de parlamentares, entre vários outros mecanismos. Entretanto, isso não acontece na USP: com nosso singular processo antidemocrático de decisões e escolha de dirigentes, nem superamos crises, nem aprendemos com elas.

Reitoráveis discutem acesso à USP

Quatro dos oito candidatos a Reitor compareceram ao auditório da Folha de S. Paulo para expor suas propostas para a USP. Antônio Massola, Hernan Chaimovich, Jair Borin e Magda Carneiro debateram questões como o financiamento da USP, a presença de fundações privadas e a democratização do acesso. A presença de membros da Educafro (Educação e Cidadania de Afrodescendentes e Carentes) centrou o debate na democratização do acesso à USP. Para Chaimovich, os cursos sequenciais e os de ciclo básico solucionariam o problema. Massola propõe que a universidade atue junto aos estudantes, ainda no Ensino Médio. Magda e Borin acreditam que a criação de cotas para alunos de escolas públicas alavancaria o processo de democratização do acesso a USP.

Projeto de lei pode pôr fim à greve

O MEC se comprometeu a entregar no dia 7/11 um projeto de lei assegurando aos professores das universidades federais, em greve desde o dia 22/8, a incorporação da GAE ao salário base da categoria. Além disso, o ministério e parlamentares garantiram assinar documento deixando claro que as outras reivindicações serão atendidas. Os grevistas também conseguiram a liberação dos salários atrasados de setembro, por uma medida do Supremo Tribunal Federal, e, no Congresso, o comprometimento de 367 milhões de reais do orçamento de 2002 para atender às principais necessidades das federais.

Instituto de Previdência Municipal processará FIA em contrato de R\$ 10 milhões

O Instituto de Previdência Municipal (Ipem), autarquia do município de São Paulo, ajuizará ação contra a Fundação Instituto de Administração (FIA), exigindo o cumprimento de contrato de prestação de serviço firmado em 1996, no valor de R\$ 10 milhões, e o pagamento de indenização por perdas e danos.

O contrato entre Ipem e FIA, celebrado na gestão do prefeito Paulo Maluf, foi incluído, após passar pelo crivo do Ministério Público Estadual, entre os objetos de análise da Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) da Dívida Pública, em andamento na Câmara Municipal. “O relatório da CPI recomenda a abertura de uma outra CPI só para analisar a administração do Ipem”, informa José Roberto Siqueira Jr., superintendente da autarquia.

O contrato previa a entrega pela FIA, em março de 1999, de um projeto de reestruturação e informatização do sistema de folha de pagamento de pensão e benefícios do funcionalismo municipal e salários dos funcionários do Ipem. O

sistema seria composto por 35 módulos, mais de 3 milhões de linhas de programa, 1.500 telas, 1.300 tabelas e 700 relatórios. Nada disso funciona atualmente.

“Se o sistema estivesse em funcionamento, com certeza seria o mais moderno do País”, ressalta Siqueira Jr. Ele frisa que, embora a FIA tenha oferecido um preço menor do que as outras propostas, o que pesou decisivamente para que ganhasse a concorrência foi o chamado “notório saber”.

Preço 90% maior

De acordo com o superintendente, a vinculação da fundação com a USP contou bastante no processo licitatório. Além disso, acrescenta, atualmente seria possível fechar o mesmo tipo de contrato pagando somente 10% do valor embolsado pela FIA, ou seja, apenas R\$ 1 milhão.

“O problema é que o contrato não foi cumprido e ficou por isso mesmo”, diz Siqueira Jr. “O que a FIA faz é vender uma imagem de empresa eficiente. O contrato firmado

com o Ipem mostra justamente o contrário e as consequências disso vão macular um pouco essa imagem”.

O Ipem tentou, sem êxito, um acordo com a FIA. “O pessoal da FIA chegou a me procurar, mas nada foi esclarecido. Pelo contrário, a fundação ainda tentou vender um contrato de manutenção do sistema com duração de um ano pelo valor de R\$ 60 mil mensais”.

“Como posso fazer um contrato de manutenção de um serviço que nem chegou a funcionar?”, questiona Siqueira Jr. Em março de 2001, o Ipem pediu à Companhia de Processamento de Dados do Município (Prodam) um parecer sobre o caso. O resultado do relatório surpreendeu até os técnicos da Prodam, que constataram, entre outros problemas, a falta de documentação do sistema a ser implantado.

Domínio

Todo sistema de reengenharia e informatização precisa de uma documentação, na qual devem constar as especificidades e caminhos do

programa (o domínio) para que, no caso de um eventual bug, possa ser restaurado e recuperado. “A FIA não apresentou esse domínio. Por isso, não conseguimos nem saber se o sistema foi todo implantado porque ninguém consegue abrir”, explica Alencar Ferreira, chefe de gabinete do Ipem.

A falta dessa documentação levou os técnicos do instituto a duas suspeitas. A primeira hipótese é de que tudo foi proposital. Assim, o Ipem estaria sempre dependente da FIA, que seria a única capaz de desvendar qualquer problema. A segunda, defendida por Ferreira, é de que a FIA perdeu totalmente o controle sobre o projeto. Como não houve fiscalização por parte da administração anterior do Ipem, o projeto acabou desandando. “Acredito que nem a FIA consegue dar manutenção ao sistema, o que é muito grave”, destaca ele.

A impressão da folha de pagamento dos pensionistas, que deveria ser feita pelo novo sistema, está sendo elaborada na Prodam, acarretando um custo adicional mensal para o Ipem.

A resposta da FIA

A FIA contesta as afirmações do Ipem. Em resposta por escrito – baseada nas informações fornecidas pelo professor Adalberto Fischmann, coordenador de projeto da FIA responsável pelo trabalho junto ao Ipem – à reportagem da Revista Adusp, a FIA informa ter cumprido “integralmente o que foi contratado, isto é, desenvolveu, implantou, treinou, pôs em operação e ofereceu garantia técnica referente à qualidade do software desenvolvido”.

A FIA diz também que entregou toda a documentação do sistema durante o prazo contratual; “questionada pelo Ipem, em abril de 2000, quanto à forma e conteúdo

do que foi entregue, a FIA forneceu novamente cópia dessa documentação, apesar da mesma já estar instalada nos computadores do Ipem”.

De acordo com a fundação, “os custos de desenvolvimento do Sigiprem são passíveis de serem recuperados integralmente pelo Ipem, num prazo estimado de 3 (três) anos, conforme relatório interno de avaliação elaborado pelo próprio Ipem, em março de 2000”.

Segundo a FIA, “o Sigiprem – Sistema Integrado de Gestão do Ipem foi desenvolvido e implantado no período compreendido entre junho de 1996 e setembro de 1999” e “possibilitou uma

modernização radical do modelo público então existente”, exigindo “o completo redesenho de todos os processos fins e administrativos da organização e mudanças físicas e de layout do Ipem”.

Ainda de acordo com a fundação, “em setembro de 1999, o sistema foi aceito e quitado pelo Ipem, tendo a equipe do Ipem que acompanhou o projeto atestado, em março de 2000, no término do prazo da garantia, que a FIA havia cumprido com todas as suas obrigações contratuais, estando o sistema em pleno funcionamento, os usuários treinados e a documentação entregue”.

Consulta em Ribeirão Preto

A comunidade da FFCLRP irá realizar, em novembro, eleição para chefia do Departamento de Psicologia e Educação. O calendário do pleito, organizado pelo conselheiro da faculdade no CR da Adusp, pelo Centro Acadêmico da Filosofia, Centro de Estudos da Psicologia e pela Arfusp terá um debate entre os candidatos em 19/11, e uma consulta à comunidade em 20/11. Os prováveis candidatos – José Aparecido da Silva, José Lino Bueno, Marcus Brandão e Zélia Biasoli Alves – têm até 12/11 para confirmarem suas candidaturas.

Mais vagas no ensino superior público!

Um fato importante ocorreu este ano: ao lado da manutenção do índice de 9,57% do ICMS para as três universidades estaduais paulistas, a Assembléia Legislativa (AL) de São Paulo aprovou em junho, na Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO), previsão de verba adicional vinculada a projetos de expansão de vagas. Em seqüência, a Lei Orçamentária (LO), encaminhada pelo Executivo à Assembléia em fins de setembro, incluiu um montante de 50,42 milhões de reais destinados à expansão, condicionado a projetos de aumento de vagas a ser aprovado. É importante lembrar que foi constituída na AL uma Comissão Especial de Acompanhamento da Expansão de Vagas, coordenada pelo deputado Cesar Callegari.

Em fins de julho, o CRUESP apresentou à AL um projeto de expansão pouco amadurecido, que sofreu duras críticas em Audiência Pública realizada na AL no dia 22/8. Este projeto propunha uma expansão tímida de 5% ao ano (apenas 750 vagas no primeiro ano) nas próprias universidades e uma expansão impressionante de 47000 novas vagas anuais em cursos seqüenciais de apenas dois anos, a serem apenas "supervisionados" pelas três universidades. Estes cursos, que não estão devidamente caracterizados e muito menos detalhados na proposta, contratariam professores "horistas" pela CLT, numa proporção pelo menos quatro vezes pior entre professor/aluno à praticada nas universidades, e sem a realização de pesquisa.

A "nova" proposta CRUESP

Reconhecendo explicitamente o pouco embasamento da proposta original e a pertinência de algumas críticas que lhe foram dirigidas, o CRUESP apresentou adendos à mesma em começos de outubro.

Os adendos introduzidos à proposta CRUESP adequaram-na, aparentemente, ao montante disponível para

2002 e se referem a:

1) abertura de 3000 novas vagas em cursos regulares de graduação, a um custo estimado em 21,6 milhões de reais no primeiro ano, elevando-se a 108 milhões de reais até o final da implantação, em 2006;

2) criação de cursos seqüenciais e básicos, num total de 1500 vagas e custo estimado em 4,5 milhões de reais no primeiro ano e 9 milhões de reais nos anos subseqüentes;

3) apoio à criação de novos cursos de tecnologia (1200 vagas), com valores, em 2001, de 4,32 milhões de reais;

4) formação de 5000 professores de 1º grau em programas de complementação universitária, com custo de 15 milhões de reais em 2002;

5) criação de um fundo de 5 milhões de reais para o ensino à distância.

Segundo Callegari, esta nova proposta não foi bem recebida pela Comissão de Acompanhamento da AL, que a considerou vaga e exigiu do CRUESP um novo detalhamento.

Desafios e oportunidades

Inicialmente, é preciso constatar que, além da crescente pressão exercida sobre os deputados pelo número de formados no ensino médio público, o atual envolvimento da AL com questões do ensino superior é fruto também da exposição pública da problemática universitária ocorrida durante a greve de 2000.

O Fórum das Seis e os DCEs produziram e divulgaram dois documentos de análise referentes à proposta original, em que ficam demonstradas a necessidade urgente da expansão, a possibilidade da mesma frente ao PIB paulista, a inadequação da proposta CRUESP e alternativas possíveis (ver no site da ADUSP: <http://www.adusp.org.br>).

Atualmente, apenas 17,5 mil vagas são oferecidas em vestibulares para o ensino superior público em São Paulo. Desta forma, o ensino público representa apenas 10% do

total do ensino superior no Estado mais rico da nação, muito menos do que prevalece em qualquer outro Estado brasileiro. Os universitários em São Paulo correspondem a apenas 24% dos jovens da faixa etária própria, proporção bem menor à verificada em vários países sul-americanos. Aumentar as vagas, portanto, é preciso! O Fórum das Seis e os DCEs apresentaram argumentos de que é possível e necessário triplicar o número de vagas no ensino superior público paulista no prazo de seis a dez anos, o que ainda está, claramente, longe das reais necessidades. Além disso, na análise feita pelas entidades, é salientada a má distribuição das vagas públicas do ensino superior nas diferentes regiões do Estado.

Quanto ao financiamento, se fosse aplicado no ensino superior público o montante de 1% do PIB paulista, da ordem de 400 bilhões de reais, a triplicação de vagas seria imediatamente viável. Evidentemente, isto não corresponde a uma possibilidade real de curto prazo, mesmo porque a implantação de um sistema responsável, que mantenha a qualidade conquistada no ensino superior público, é necessariamente uma tarefa de médio prazo. É importante ressaltar que 1% do PIB é aproximadamente o valor aplicado mundialmente neste grau de ensino.

Dúvidas sobre a "nova" proposta

• como prometer 3000 novas vagas nas universidades em 2002, se os vestibulares já estão em andamento? Houve, de fato, uma expansão nos oferecimentos na USP, Unesp e Unicamp, mas longe daquele valor;

• criar 1500 vagas em cursos seqüenciais e básicos (o dobro do vestibular da Poli, aproximadamente) declaradamente cursos experimentais, ainda não definidos, é responsável? É possível?

• o CEETEPS pode adaptar-se tão rapidamente a um

aumento superior a 50%?

• quanto aos 15 milhões de reais (quase um terço do total de recursos!) destinados à complementação aligeirada do ensino superior a professores em exercício, além destes deverem ser ressarcidos pela Secretaria de Educação, tem-se a questão da avaliação efetiva do projeto PEC-ForProf em andamento;

• destinar, nessa fase, 10% do total, ou seja, 5 milhões de reais, ao ensino à distância parece contraditório com evidências internacionais sobre esse tipo de ensino.

A comissão de estudos sobre expansão de vagas da USP, que congrega Adusp, Sintusp, DCE e representantes de cursinhos alternativos, tem se reunido semanalmente, discutido e acompanhado estas questões. No domingo 28/10, os cursinhos promoveram um evento na Maria Antônia. Estiveram presentes cerca de 40 pessoas, de lugares tão distantes quanto Itaquaquecetuba e o extremo sul da cidade, além da zona leste e de representantes e alunos dos cursinhos da Poli, Psicologia, CRUSP, além de representantes do Fórum das Seis e do DCE. Somando as muitas intervenções, não há dúvida de que a juventude quer e precisa de um ensino superior público de qualidade.

Este é um projeto de médio prazo, que deve contar com o apoio e empenho de toda comunidade universitária. Possibilidades existem. Por que não pensar em vestibular especial no meio do ano? Ocupação das vagas em algumas escolas que não oferecem curso noturno? Construções emergenciais em terrenos já doados ao Estado?

Finalmente, é necessário ter em conta que esta é uma fase propícia para uma expansão com qualidade no ensino superior, já que foi formado em anos recentes um número expressivo de doutores e mestres que, mantendo o contacto com grupos maiores, podem, de imediato, começar um ensino apoiado por pesquisa e extensão.